

CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA - SE

Estudo Técnico Preliminar 3/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 03/2026

2. Descrição da necessidade

O Conselho Regional de Farmácia do Estado de Sergipe – CRF/SE, na condição de autarquia pública federal responsável pela fiscalização do exercício profissional farmacêutico em todo o território estadual, necessita assegurar meios adequados, contínuos e eficientes de deslocamento de seus fiscais para cumprir sua missão institucional de tutela do interesse público na área da saúde. A atividade fiscalizatória, desempenhada atualmente por dois farmacêuticos fiscais, exige deslocamentos frequentes e por vezes imprevisíveis a diversos municípios de Sergipe, inclusive em áreas de difícil acesso, o que torna imprescindível a disponibilidade permanente de veículos automotores em condições seguras de uso.

No momento, essa necessidade vem sendo atendida por meio do Contrato nº 07/2021, firmado com a empresa ABF Locadora de Veículos Ltda., cujo objeto é a locação de veículos, sem motorista e sem fornecimento de combustível, para apoiar as ações de fiscalização do CRF/SE. Tal ajuste foi celebrado sob a égide da Lei nº 8.666/1993, prevendo vigência inicial de 12 meses, com possibilidade de prorrogações sucessivas até o limite máximo de 60 meses, limite esse que será alcançado em 9 de maio de 2026, circunstância que impede novas prorrogações contratuais. A aproximação do termo final da vigência máxima, sem a instauração tempestiva de novo processo de contratação, acarretaria o risco concreto de descontinuidade dos serviços de locação, com comprometimento direto da capacidade operacional de fiscalização do Conselho e, por consequência, da proteção da sociedade contra o exercício irregular ou inadequado da profissão farmacêutica.

Sob a perspectiva do interesse público e em linha com as diretrizes do Tribunal de Contas da União para contratações de locação de veículos, o problema a ser enfrentado não se restringe à mera substituição formal de um contrato por outro, mas à definição da solução mais vantajosa para garantir mobilidade aos fiscais, comparando, de forma fundamentada, a manutenção do modelo de locação com alternativas como a aquisição de veículos próprios, à luz dos custos e benefícios envolvidos (inclusive despesas de seguro, manutenção, depreciação, gestão de frota e riscos operacionais). Assim, **a necessidade de contratação ora descrita consiste em assegurar, de forma planejada, econômica e contínua, uma solução de transporte que permita ao CRF/SE cumprir, sem interrupções, seu dever legal de fiscalização**, observando-se os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, bem como as exigências da Lei nº 14.133/2021 e do art. 9º, inciso I, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 quanto à clara identificação do problema e ao enfoque no interesse público.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gabinete da Presidência – CRF/SE	Daniel Andrade de Oliveira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação devem assegurar que a solução escolhida garanta, com segurança e economicidade, a mobilidade necessária às ações de fiscalização do CRF/SE em todo o Estado de Sergipe, preservando a continuidade do serviço público e a adequada cobertura territorial. A contratação deverá contemplar a **disponibilização de veículos** automotores em quantidade suficiente para atender, de forma ininterrupta, às atividades de dois fiscais farmacêuticos, permitindo deslocamentos frequentes e muitas vezes imprevisíveis a diferentes municípios, inclusive em longas distâncias, com níveis de conforto, segurança e desempenho compatíveis com rodovias e vias urbanas em condições variadas.

Os veículos a serem disponibilizados deverão apresentar condições plenas de uso; para isso, deverão dispor de manutenção preventiva e corretiva integralmente, bem como seguro total com cobertura contra colisão, roubo, furto e danos a terceiros, incluindo substituição imediata em caso de pane ou sinistro, de modo a mitigar riscos operacionais e financeiros para a Administração. Deverão, ainda, atender a requisitos mínimos de segurança (itens obrigatórios, pneus em bom estado, sistemas de freio e iluminação adequados) e de eficiência energética compatíveis com a boa gestão de recursos públicos, observando-se, sempre que possível, padrões mais econômicos de consumo de combustível.

A contratada deverá garantir atendimento e suporte em prazo compatível com as necessidades do CRF/SE, com rede de assistência técnica ou estrutura operacional capaz de atender em todo o território sergipano, de forma a não comprometer as operações de fiscalização em andamento. O contrato deverá prever quilometragem adequada ao padrão de uso da fiscalização, evitando limitações que inviabilizem ou onerem excessivamente o deslocamento dos fiscais para municípios mais distantes. Ademais, é importante que os veículos que venham a ser disponibilizados disponham de requisitos de rastreabilidade e controle de utilização (tais como registro de quilometragem, períodos de uso e identificação dos condutores), a fim de permitir adequada fiscalização e gestão contratual pela Administração.

Por fim, os requisitos deverão observar os princípios da isonomia e da competitividade, evitando especificações excessivamente restritivas ou personalizadas que direcionem a contratação, ao mesmo tempo em que preservem padrões mínimos de qualidade e desempenho necessários ao cumprimento da finalidade pública. Esses parâmetros servirão de base para a elaboração do termo de referência e para a definição dos critérios de julgamento, garantindo que as propostas apresentadas atendam efetivamente às necessidades do CRF/SE e permitam a seleção da solução mais vantajosa para o interesse público, em consonância com o art. 9º, inciso II, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022.

5. Levantamento de Mercado

Para atender à necessidade de mobilidade dos fiscais farmacêuticos do CRF/SE, foram consideradas as seguintes alternativas disponíveis no mercado, com análise comparativa de viabilidade técnica, econômica e operacional, conforme pesquisa realizada em contratos similares de órgãos públicos e consultas a fornecedores do setor, em observância ao art. 9º, inciso III, da IN SEGES nº 58/2022:

1. **Disponibilização de veículos por locação** (modelo do contrato atual): Contratação de empresa especializada para fornecimento de veículos prontos para uso, com manutenção, seguro e substituição inclusos. Vantagens: custo previsível mensal, ausência de investimento inicial elevado, gestão de riscos (depreciação, manutenção) transferida à contratada, flexibilidade para ajustes de frota. Desvantagens: dependência contínua da contratada, custo acumulado ao longo do tempo superior ao valor de aquisição. Essa opção se alinha ao histórico do CRF/SE e permite continuidade imediata.

1.1 Locação via Sistema de Registro de Preços (SRP): Possibilidade de adesão a Ata de Registro de Preços vigente, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, permitindo contratação direta com preços previamente registrados em licitação, com economicidade e celeridade, desde que observados os limites de quantitativos e vigência da ata gerenciadora.

2. **Aquisição de veículos próprios:** Compra direta de veículos para integração à frota do CRF/SE, com recursos orçamentários próprios. Vantagens: propriedade definitiva, potencial economia em longo prazo (após depreciação), controle total sobre uso e

manutenção. Desvantagens: alto investimento inicial, necessidade de gestão de frota (manutenção, seguro, seguros de responsabilidade civil, depreciação anual), imobilização de recursos públicos em ativo com obsolescência programada, risco de subutilização em períodos de baixa demanda.

2.1 Aquisição via Sistema de Registro de Preços (SRP): Possibilidade de adesão a Ata de Registro de Preços vigente para aquisição de veículos, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, aproveitando preços competitivos já registrados, com dispensa de nova licitação, observados os quantitativos autorizados e a compatibilidade com as especificações necessárias à fiscalização.

3. **Uso compartilhado de frota com outros órgãos públicos:** Convênio com entidades como Ministério da Saúde, prefeituras ou outros Conselhos Regionais para compartilhamento de veículos. Vantagens: redução de custos, otimização de recursos públicos. Desvantagens: baixa disponibilidade no contexto do CRF/SE (inexistência de frota ociosa identificada em órgãos próximos), conflitos de agenda, necessidade de formalização de convênio demorado, incompatibilidade com horários imprevisíveis da fiscalização.
4. **Permuta ou doação de veículos:** Chamamento público para recebimento de veículos em bom estado via doação ou permuta. Vantagens: custo zero ou mínimo. Desvantagens: imprevisibilidade de recebimento, qualidade variável dos bens, necessidade de vistoria e adaptações, não atende à urgência (prazo curto até maio/2026).
5. **Arranjos inovadores (economia circular):** Aluguel de veículos elétricos ou compartilhamento via aplicativos corporativos (ex.: modelos de mobilidade como serviço - MaaS). Vantagens: sustentabilidade, redução de emissões. Desvantagens: infraestrutura limitada em Sergipe (recarga de elétricos, cobertura geográfica), custos iniciais de adaptação, baixa maturidade para uso público em fiscalização estadual.

A tabela abaixo compara sistematicamente as alternativas identificadas no levantamento de mercado, destacando pontos positivos e negativos de cada uma sob as perspectivas técnica, econômica, operacional e temporal, considerando o contexto específico do CRF/SE (2 fiscais, urgência até maio/2026, fiscalização estadual imprevisível).

Alternativa	Pontos Positivos	Pontos Negativos
1. Disponibilização de veículos por locação	<ul style="list-style-type: none">- Custo mensal previsível- Sem investimento inicial elevado- Manutenção, seguro e substituição pela contratada- Flexibilidade para ajustes de frota- Implementação rápida- Alinha-se ao histórico operacional do CRF/SE	<ul style="list-style-type: none">- Dependência contínua da contratada- Custo total acumulado superior à aquisição- Menor controle sobre gestão da frota
1.1 Locação via SRP (arts. 82-86 Lei 14.133)	<ul style="list-style-type: none">- Celeridade (adesão direta)- Preços já competitivos de licitação- Menor risco de sobrepreço- Economicidade comprovada- Sem novo processo licitatório	<ul style="list-style-type: none">- Dependente de ata vigente e quantitativos disponíveis- Possível incompatibilidade com especificações exatas- Limitação temporal da ata
2. Aquisição de veículos próprios	<ul style="list-style-type: none">- Propriedade definitiva- Economia potencial em longo prazo (>5 anos)- Controle total sobre uso e customizações- Sem pagamentos recorrentes após compra	<ul style="list-style-type: none">- Alto investimento inicial- Gestão complexa de frota (manutenção, IPVA, seguro)- Imobilização de recursos públicos- Depreciação e obsolescência planejada- Tempo para licitação/aquisição

2.1 Aquisição via SRP (arts. 82-86 Lei 14.133)	<ul style="list-style-type: none"> - Preços competitivos já registrados - Celeridade na adesão - Reduz risco de sobrepreço - Sem nova licitação 	<ul style="list-style-type: none"> - Quantitativos limitados das atas - Dependência de modelos disponíveis - Ainda exige gestão pós-aquisição - Investimento inicial elevado
3. Uso compartilhado com outros órgãos	<ul style="list-style-type: none"> - Redução de custos - Otimização de recursos públicos - Sem novo contrato 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa disponibilidade de frota ociosa - Conflitos de agenda/imprevisibilidade - Convênio demorado para formalizar - Incompatível com horários da fiscalização
4. Permuta ou doação	<ul style="list-style-type: none"> - Custo zero ou mínimo - Possibilidade de renovação gratuita 	<ul style="list-style-type: none"> - Imprevisibilidade de recebimento - Qualidade variável dos veículos - Vistoria/adaptações necessárias - Não atende urgência (maio/2026)
5. Arranjos inovadores (elétricos /MaaS)	<ul style="list-style-type: none"> - Sustentabilidade e redução de emissões - Imagem moderna do CRF/SE - Potencial economia energética 	<ul style="list-style-type: none"> - Infraestrutura limitada em Sergipe - Cobertura geográfica insuficiente - Custos iniciais de adaptação - Baixa maturidade para fiscalização pública

CONCLUSÃO DA ANÁLISE COMPARATIVA DAS ALTERNATIVAS:

A análise comparativa das alternativas avaliadas demonstra que a Alternativa 1 – disponibilização de veículos por locação, com a possibilidade de combinação com a Alternativa 1.1 – locação via sistema de registro de preços, revela-se a solução mais adequada à realidade atual do CRF/SE. Essa escolha se fundamenta na necessidade de garantir, com a máxima efetividade, a continuidade das atividades de fiscalização em todo o Estado de Sergipe, sem solução de continuidade, considerando que o contrato vigente se encerra em maio de 2026 e não pode ser prorrogado.

Sob o prisma da efetividade, a locação permite que o Conselho disponha de veículos imediatamente aptos ao uso, com manutenção, seguros e substituição a cargo da contratada, reduzindo o risco de indisponibilidade de frota e de paralisação das ações fiscalizatórias. Além disso, a locação transfere à empresa especializada parte relevante dos riscos operacionais e de gestão da frota (manutenção, pane, sinistro, obsolescência), o que se mostra especialmente vantajoso para uma autarquia de pequeno porte, cujo foco institucional é a fiscalização profissional e não a administração de ativos veiculares.

Do ponto de vista da celeridade, a contratação por locação apresenta tramitação mais simples e rápida do que a aquisição de veículos, sobretudo porque dispensa a estruturação de rotinas internas para gestão de patrimônio, manutenção e desmobilização dos bens ao final de sua vida útil. A alternativa 1.1, por sua vez, agrega um ganho adicional de celeridade e economicidade, ao permitir que, caso exista ata de registro de preços compatível com as necessidades do CRF/SE, a contratação seja realizada por adesão, com preços já registrados em processo licitatório conduzido por outro órgão, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

No tocante à economicidade e ao uso racional dos recursos públicos, a locação se mostra mais alinhada às necessidades do CRF/SE no horizonte de tempo considerado, uma vez que evita o desembolso imediato de valores elevados para aquisição de veículos (conforme demonstram as medianas obtidas na pesquisa de preços para compra de automóveis), ao mesmo tempo em que assegura um custo mensal

previsível e compatível com o porte da autarquia. A comparação de ciclo de vida evidencia que, para uma estrutura com apenas dois fiscais e demanda sujeita a variações, a imobilização de recursos em frota própria (Alternativas 2 e 2.1) tende a ser menos vantajosa, especialmente diante dos custos recorrentes de manutenção, seguros, tributos e depreciação, que permaneceriam a cargo do CRF/SE.

Adicionalmente, a locação favorece a flexibilidade operacional, permitindo ajustes de quantidade de veículos e, se necessário, de modelos, em função de mudanças na demanda fiscalizatória ou em eventuais replanejamentos institucionais, o que não ocorre com a aquisição, em que a adaptação exige novos processos de compra ou alienação de bens. Considerados os aspectos de efetividade (garantia de frota disponível e adequada), celeridade (implementação dentro do prazo que antecede o fim do contrato atual), economicidade (distribuição do custo ao longo do tempo, sem grande investimento inicial) e flexibilidade, conclui-se que a Alternativa 1 – disponibilização de veículos por locação, com a possibilidade de utilização da Alternativa 1.1 – locação via SRP, caso identificada ata aderente, é a opção que melhor atende ao interesse público e às necessidades específicas do CRF/SE.

6. Descrição da solução como um todo

A solução a ser adotada consiste na disponibilização de veículos automotores por meio de locação mensal, sem motorista e sem fornecimento de combustível, destinados ao apoio às atividades de fiscalização do CRF/SE em todo o território sergipano, de forma contínua e ininterrupta. Serão disponibilizados, em princípio, **dois veículos tipo passeio**, cor branca, com motorização compatível com deslocamentos rodoviários e urbanos, capacidade para cinco passageiros, dotados de direção assistida, freios ABS, airbags, ar-condicionado, vidros e travas elétricas, além de demais itens de segurança exigidos pela legislação de trânsito.

Os veículos deverão ser entregues em excelente estado de conservação, com fabricação recente (ano da contratação), zero quilometro, com pneus em boas condições, seguro total, assistência 24 horas, rastreamento via GPS e quilometragem livre, garantindo segurança, confiabilidade e aderência às necessidades de deslocamento intensivo dos fiscais. Mantém-se como diretriz que os veículos sejam substituídos periodicamente por modelos mais novos, também zero quilometro, observando-se o parâmetro já praticado na contratação anterior, que corresponde à troca por veículos novos a cada ciclo de 24 meses de locação, assegurando atualização tecnológica, menor índice de falhas mecânicas e redução de riscos à integridade dos usuários.

A solução abrangerá, ainda, a garantia de serviços complementares pela contratada, tais como: manutenção preventiva e corretiva integral dos veículos, substituição imediata em caso de pane, sinistro ou defeito que comprometa a segurança, realização periódica de lavagem completa, fornecimento de relatórios de utilização e custos, bem como atendimento em prazo compatível com a necessidade de continuidade da fiscalização. Caberá ao CRF/SE o controle de uso e a gestão contratual (registro de quilometragem, programação de rotas, indicação de condutores), enquanto a contratada assumirá os encargos operacionais e riscos inerentes à operação da frota, em consonância com os princípios da eficiência e economicidade.

Para a contratação da solução, a modelagem jurídica prevista é a instauração de processo licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se trata de bem e serviço comum de disponibilização de veículos, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos. Alternativamente, caso o valor estimado global da contratação, apurado com base na pesquisa de preços e na quantidade de veículos e meses contratados, se enquadre nos limites legais para contratação direta por valor, poderá ser avaliada a adoção da dispensa de licitação em razão do valor, na forma do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas as justificativas de vantajosidade e observados os procedimentos formais exigidos. Em complemento, será avaliada a possibilidade de utilização de ata de registro de preços já existente (Alternativa 1.1), **desde que haja aderência de especificações e quantitativos às necessidades do CRF/SE**, o que permitirá maior celeridade e eficiência na implementação da solução definida neste Estudo Técnico Preliminar.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades parte da natureza contínua da solução de disponibilização de veículos para fiscalização, enquadrada como serviço de fornecimento contínuo, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se destina à manutenção permanente da atividade institucional do CRF/SE ao longo do tempo. Considerando que o Conselho dispõe atualmente de dois fiscais farmacêuticos, responsáveis por executar ações de fiscalização em todo o território sergipano, mostra-se necessária a disponibilização de ao menos dois veículos, de forma simultânea, para garantir que cada profissional disponha de meio de transporte próprio e independente, evitando conflitos de agenda e restrições operacionais.

Em relação ao horizonte temporal da contratação, adota-se como referência uma vigência inicial de 24(vinte e quatro) meses, em consonância com o caput do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021, que permite a celebração de contratos de prestação de serviços contínuos por períodos superiores a 12 meses, observada a vantajosidade e o planejamento da Administração. Dessa forma, a estimativa de quantidades para fins deste Estudo Técnico Preliminar corresponde, em termos mínimos, à disponibilização de 2 (dois) veículos automotores de uso contínuo, ao longo de 24 meses, totalizando o equivalente à manutenção ininterrupta da frota necessária para suportar o deslocamento dos dois fiscais durante todo o período contratual, admitida, na fase de termo de referência, a possibilidade de detalhamento de eventuais reservas, substituições temporárias ou ajustes de quantitativos, caso se demonstre necessário para assegurar a continuidade do serviço.

Segue uma forma de registrar a estimativa em quadro numérico para o ETP:

Descrição resumida da necessidade.	Quantidade de Fiscais do CRF/SE.	Quantidade de veículos necessários ao atendimento da demanda.	Meses de vigência.
Disponibilização de veículos para fiscalização do CRF/SE.	2	2	24

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 273.600,00

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base na pesquisa de preços preliminar, materializada no Relatório de Pesquisa de Preços nº 5/2026 (UASG 927212), que consolidou dados de contratações realizadas por diversos órgãos da Administração Pública, comparando as alternativas de locação de veículos sem motorista (item 1) e aquisição de automóvel tipo passeio (item 2). Para ambos os itens, em razão da alta dispersão dos valores observados (coeficientes de variação de 367,10% para locação e 68,23% para aquisição), adotou-se como medida de tendência central a mediana, em conformidade com as boas práticas indicadas pela IN SEGES/ME nº 65/2021 e pela jurisprudência do TCU, de forma a mitigar o impacto de valores extremos sobre a estimativa.

No caso da locação de veículos – leves/pesados – sem motorista (item 1), a pesquisa apurou menor preço de R\$ 130,00, maior preço de R\$ 901.320,00, média de R\$ 40.406,47 e **mediana de R\$ 5.700,00 por unidade**, considerando o período de 12 meses, a partir de contratações de Estados, Municípios, Justiça Eleitoral e Conselhos de Classe. Já para a aquisição de automóvel tipo passeio 1.0 turbo, 5 portas, biocombustível, câmbio automático, com airbags, ar-condicionado, vidros elétricos e cor branca (item 2), especificações condizentes com o modelo atualmente utilizado pelos fiscais farmacêuticos, foram identificados preços entre R\$ 77.000,00 e R\$ 573.600,00, com média de R\$ 130.760,62 e **mediana de R\$ 109.300,00** por unidade, a partir de contratações de prefeituras, Estados, universidades e conselhos profissionais, conforme tabela comparativa a seguir:

--	--	--	--	--	--	--	--

Descrição resumida da necessidade.	Quantidade de Fiscais do CRF/SE.	Quantidade de veículos necessários ao atendimento da demanda.	Meses de vigência.	Unidade de Fornecimento.	Valor Unitário (por veículo)	Valor Mensal.	Valor Global
Disponibilização de veículos para fiscalização do CRF/SE por meio da LOCAÇÃO .	2	2	24	Mês	R\$ 5.700,00	R\$ 11.400,00	R\$ 273.600,00
Descrição resumida da necessidade.	Quantidade de Fiscais do CRF/SE.	Quantidade de veículos necessários ao atendimento da demanda.	Meses de vigência.	Unidade de Fornecimento.	Valor Unitário (por veículo)	Valor Global	
Disponibilização de veículos para fiscalização do CRF/SE por meio da AQUISIÇÃO .	2	2	Contínuo. Integração ao patrimônio	Unidade	R\$ 109.300,00	R\$ 218.600,00	
IPVA 2026			2,5% do indicado na tabela Fipe = R\$ 2.831,42 x 2 = R\$ 5.662,84				
Tabela Fipe do modelo atualmente utilizado https://veiculos.fipe.org.br/			R\$ 113.257,00				
Valor do Seguro “De acordo com médias praticadas no setor, o seguro costuma representar entre 6% e 12% do valor do veículo por ano, podendo variar para mais ou para menos conforme o nível de risco”(https://www.seguroauto.org/)			6% de R\$ 113.257,00 (FIPE) = R\$ 6.795,42 12% de R\$ 113.257,00 (FIPE) = 13.590,84 6% de R\$ 109.300,00 (estimado) = R\$ 6.558,00 12% de R\$ 109.300,00 (estimado) = R\$ 13.116,00				
Valor total estimado (aquisição + custos, exceto manutenção e riscos de sinistro ou manutenção prolongada).			R\$ 113.257,00 (FIPE) + R\$ 5.662,84 + R\$ 6.795,42 (seguro em 6%) = R\$ 125.715,26 x 2 = 251.430,52; R\$ 113.257,00 (FIPE) + R\$ 5.662,84 + R\$ 13.590,84 (seguro em 12%) = R\$ 132.510,68 x 2 = R\$ 265.021,36; R\$ 109.300,00 (estimado) + R\$ 5.662,84 + R\$ 6.558,00 (seguro em 6%) = R\$ 121.520,84 x 2 = R\$ 243.041,68; R\$ 109.300,00 (estimado) + R\$ 5.662,84 + R\$ 13.116,00 (seguro em 12%) =				

Considerando que a solução selecionada no ETP é a disponibilização de veículos por locação (Alternativa 1/1.1), por ser considerada economicamente mais vantajosa, quando comparada à aquisição de frota própria, sobretudo no contexto institucional do CRF/SE, que dispõe de **recursos humanos exíguos para o gerenciamento de ativos veiculares**. A compra de veículos implicaria a assunção direta de custos relevantes com manutenção preventiva e corretiva, contratação e gestão de seguro, pagamento de tributos, depreciação dos bens e, ainda, a necessidade de estrutura mínima de gestão de frota (controle de uso, programação de oficinas, definição de veículo reserva), onerando a Administração e desviando esforços de sua atividade-fim. Na locação, por outro lado, tais encargos são suportados pela contratada, que deve garantir a plena operacionalidade dos veículos e sua **imediata reposição** em caso de sinistro ou necessidade de manutenção prolongada, o que reduz significativamente o risco de indisponibilidade de transporte para os fiscais e evita a imobilização de capital em bens sujeitos a rápida perda de valor, reforçando a economicidade global da solução.

Nesse sentido, considerando que a estimativa de quantidades aponta para a necessidade de 2 veículos ao longo de 24 meses (vigência inicial do contrato), toma-se a mediana de R\$ 5.700,00 como referência mensal por veículo e procede-se à proporcionalização para o período de 24 meses. Assim, o valor estimado por veículo para todo o período contratual é obtido multiplicando-se a mediana mensal (R\$ 5.700,00) pela quantidade de veículos disponibilizado por 2 anos, e seu resultado pela quantidade de meses a serem contratados, o que perfaz um valor estimado global de R\$ 273.600,00 para a contratação pretendida, conforme tabela abaixo:

Descrição resumida da necessidade.	Quantidade de Fiscais do CRF /SE.	Quantidade de veículos necessários ao atendimento da demanda.	Meses de vigência.	Unidade de Fornecimento.	Valor Unitário (por veículo)	Valor Mensal.	Valor Global
Disponibilização de veículos para fiscalização do CRF /SE.	2	2	24	Mês	R\$ 5.700,00	R\$ 11.400,00	R\$ 273.600,00

Ressalta-se que o valor preliminar apurado se mostra compatível com o porte do CRF/SE e com os patamares praticados por outros órgãos públicos, permitindo enquadrar a futura contratação, a depender da consolidação de cálculos finais e da dotação orçamentária, tanto na modalidade Pregão Eletrônico quanto, eventualmente, na dispensa de licitação em razão do valor, se atendidos os limites do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021. O uso da mediana, em detrimento da média simples, é justificado pelo elevado coeficiente de variação identificado no relatório, conferindo maior robustez à estimativa e prevenindo riscos de sobrepreço ou subdimensionamento do valor de referência, em consonância com o art. 9º, inciso VI, da IN SEGES nº 58/2022.

COMPARAÇÃO ENTRE CÂMBIO MANUAL E AUTOMÁTICO:

Nesse contexto, também foram analisadas propostas específicas da atual fornecedora (ABF Empreendimentos Ltda.) para veículos da mesma categoria atualmente utilizada (VW Polo 1.0 turbo, hatch), em duas configurações de transmissão: **câmbio manual e câmbio automático**.

A comparação entre as propostas apresentadas evidencia que a manutenção da configuração com câmbio manual é a opção mais econômica e adequada às necessidades do CRF/SE. Para veículos da mesma categoria (VW Polo, 1.0 turbo, hatch, com os mesmos

equipamentos de segurança e conforto), o valor mensal unitário ofertado para o modelo com câmbio manual é de **R\$ 6.004,50**, ao passo que o modelo com câmbio automático apresenta valor mensal unitário de **R\$ 7.586,40**, o que representa uma diferença de **R\$ 1.581,90 por veículo**. Considerando a necessidade de 2 veículos, o **custo adicional mensal da opção automática atinge R\$ 3.163,80**, resultando em acréscimo global estimado de **R\$ 75.931,20 ao longo de 24 meses de contratação**, sem que se verifique ganho proporcional em termos de desempenho, segurança ou atendimento às atividades de fiscalização já satisfatoriamente desempenhadas com veículos de câmbio manual.

Diante desse cenário, e tendo em vista que a configuração com câmbio manual atualmente adotada atende plenamente às demandas de deslocamento dos fiscais, sem registro de limitações operacionais relevantes, a opção pela manutenção da locação de veículos com câmbio manual alinha-se diretamente ao princípio da economicidade previsto na Lei nº 14.133/2021, evitando a assunção de custo adicional significativo apenas em razão de uma característica de conforto que não se mostra essencial à adequada execução do serviço público. Assim, registra-se que, para fins de estimativa de valor e definição da solução a ser contratada, o CRF/SE opta motivadamente pelos veículos com câmbio manual, preservando a compatibilidade com o modelo hoje utilizado e assegurando melhor relação custo-benefício para a Administração.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução proposta consiste na disponibilização contínua de veículos automotores destinados à fiscalização do exercício profissional farmacêutico em todo o território sergipano, caracterizando um único conjunto funcional e indivisível de objetivos: assegurar mobilidade adequada, segura e permanente aos dois fiscais do CRF/SE. À luz do artigo 9º, inciso VII, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, foi analisada a possibilidade de parcelamento da contratação em mais de um item (por exemplo, por tipo de veículo, por região de atendimento ou por fase temporal), concluindo-se que tal fracionamento não se mostra conveniente nem vantajoso para a Administração.

Do ponto de vista técnicooperacional, os veículos a serem disponibilizados possuem características homogêneas, prestam o mesmo tipo de serviço e são utilizados de forma integrada na execução do Plano Anual de Fiscalização, de modo que a divisão em lotes distintos não traria ganho de especialização ou melhoria de desempenho. Ao contrário, o parcelamento poderia gerar assimetrias de condições contratuais, multiplicar interfaces de gestão e fiscalização e até criar risco de descontinuidade parcial do serviço caso algum lote restasse deserto ou fracassado, o que é incompatível com a natureza contínua da atividade fiscalizatória.

Sob a perspectiva econômica e de gestão contratual, a centralização da demanda em um único item potencializa a obtenção de melhores preços unitários, em razão do ganho de escala, simplifica as rotinas de acompanhamento (um só contrato, um fornecedor principal, um conjunto de obrigações e indicadores) e reduz custos administrativos associados à condução, fiscalização e eventual revisão de múltiplos contratos. A contratação em item único, portanto, apresenta-se como solução tecnicamente adequada e mais vantajosa para o CRF/SE, pois preserva a padronização da frota, facilita a substituição tempestiva de veículos, fortalece o controle sobre o desempenho do fornecedor e evita a fragmentação injustificada do objeto, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e da racionalização das contratações públicas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para a solução proposta de disponibilização de veículos para fiscalização, identificam-se, em tese, as seguintes contratações que podem ser consideradas **correlatas e/ou interdependentes**, nos termos do artigo 9º, inciso VIII, da IN SEGES nº 58/2022.

O CRF/SE já possui **contrato de abastecimento via cartão combustível (Contrato nº 05/2022)**, o que assegura o fornecimento contínuo de combustíveis (gasolina/etanol) em rede credenciada e viabiliza o uso efetivo dos veículos locados, caracterizando contratação correlata diretamente associada à operação da frota. Ainda que autônomo em relação ao futuro contrato de disponibilização de veículos, esse ajuste integra, na prática, o arranjo necessário para garantir a mobilidade dos fiscais em todo o território sergipano.

Além disso, podem ser consideradas correlatas:

- **Serviços de manutenção eventual não cobertos pela locadora:** a depender da modelagem contratual, pode haver necessidade residual de pequenos serviços específicos (por exemplo, alinhamento, balanceamento ou reparos pontuais não abrangidos pela garantia), que se relacionam ao uso dos veículos, mas não são, em regra, estritamente interdependentes, já que a maior parte da manutenção deve permanecer sob responsabilidade da empresa locadora.
- **Soluções de controle e gestão de frota:** sistemas informatizados ou serviços de rastreamento e telemetria, quando não fornecidos diretamente pela locadora, podem ser contratados para apoiar a fiscalização e gestão (controle de rotas, quilometragem, relatórios de utilização), contribuindo para a eficiência e transparência no uso da frota.
- **Capacitação de gestores e fiscais de contrato:** eventuais treinamentos voltados à gestão e fiscalização de contratos de serviços continuados, embora não tenham por objeto direto os veículos, são correlatos por fortalecerem a capacidade institucional do CRF/SE em acompanhar o desempenho da contratada e assegurar o cumprimento das obrigações.

Registre-se, por fim, que nenhuma dessas contratações, em princípio, configura interdependência a ponto de exigir processamento conjunto ou impedir a execução da locação caso não sejam realizadas simultaneamente; tratam-se de contratações que podem ser planejadas de forma coordenada, porém autônoma, preservando a racionalidade administrativa e a eficiência global das soluções adotadas pelo CRF/SE.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar encontra-se alinhada ao planejamento anual do CRF/SE, atendendo ao disposto no artigo 9º, inciso IX, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, que exige a demonstração da vinculação entre a necessidade específica e os instrumentos de planejamento da Administração. A demanda está formalmente registrada no Plano de Contratações Anual (PCA) da Autarquia, sob o Id do item 28, com Identificador da Futura Contratação 927212-2/2026 e denominação “Disponibilização de meio de transporte adequado, destinados aos farmacêuticos fiscais do CRF/SE”, evidenciando que a solução ora estudada decorre de previsão prévia e não de iniciativa isolada ou pontual.

Do ponto de vista da classificação da despesa e da natureza do objeto, a futura contratação está vinculada ao Código da Classificação Superior (Classe/Grupo) 643 – SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO, o que reforça sua aderência às diretrizes de planejamento logístico e orçamentário do Conselho. Tal enquadramento demonstra que a disponibilização de veículos para fiscalização foi considerada, desde a fase de elaboração do PCA, como insumo essencial para o cumprimento do plano anual de fiscalização e para a manutenção das atividades finalísticas do CRF/SE, permitindo o adequado provisionamento de recursos e a observância do princípio do planejamento, previsto na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a contratação proposta não apenas atende a uma necessidade concreta e atual (substituição do contrato que se encerra em 2026), como também se insere de maneira coerente na programação anual de contratações da Autarquia, garantindo alinhamento entre planejamento estratégico, planejamento orçamentário e execução contratual, em estrita consonância com o artigo 7º e o artigo 9º, inciso IX, da IN SEGES nº 58/2022.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação da disponibilização de veículos para fiscalização visa gerar benefícios diretos e mensuráveis à atuação institucional do CRF/SE, em consonância com o artigo 9º, inciso X, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022. O contrato atualmente vigente já assegura a disponibilidade de dois veículos, um para cada fiscal, permitindo o cumprimento das metas fiscalizatórias estabelecidas; contudo, a nova contratação, ao prever a disponibilização de veículos novos, tende a aprimorar o atendimento dessas metas em razão do maior conforto, segurança e confiabilidade mecânica, reduzindo paradas por manutenção e aumentando a produtividade das equipes em campo.

Do ponto de vista da economicidade e da racionalização dos recursos, a solução por locação transfere à contratada os custos e riscos relacionados à manutenção, à indisponibilidade por pane ou sinistro e à substituição periódica por veículos mais novos, evitando a imobilização de recursos em frota própria e permitindo ao CRF/SE concentrar esforços em sua atividade finalística. Isso tende a reduzir gastos imprevistos com reparos de grande monta, minimizar o tempo de veículo parado e otimizar o uso do contrato de abastecimento já existente via cartão combustível (Contrato nº 05/2022), compondo um arranjo mais eficiente de mobilidade institucional.

Em termos de gestão e governança, a contratação permitirá maior previsibilidade orçamentária (custo mensal estável e conhecido), melhor controle de utilização da frota (por meio de relatórios, rastreamento e registros de quilometragem) e aprimoramento da gestão contratual, na medida em que os indicadores de desempenho da empresa contratada poderão ser vinculados à disponibilidade e à qualidade dos veículos oferecidos. Adicionalmente, espera-se a mitigação de riscos relacionados à segurança dos usuários e à confiabilidade dos deslocamentos, ao se exigir veículos em boas condições, com seguro total, assistência 24 horas e substituição tempestiva, o que contribui para a continuidade dos serviços públicos e para a proteção do interesse da sociedade na adequada fiscalização do exercício profissional farmacêutico.

13. Providências a serem Adotadas

Previamente à celebração do novo contrato de disponibilização de veículos, o CRF/SE deverá adotar um conjunto de providências administrativas, em observância ao artigo 9º, inciso XI, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022. Em primeiro lugar, deverá ser verificada a previsão orçamentária adequada para suportar a despesa durante os dois exercícios financeiros correspondente a vigência inicial de 24 meses, com a devida reserva de dotação, em consonância com o Plano de Contratações Anual e com as leis orçamentárias vigentes.

Na sequência, deverão ser concluídos e aprovados os documentos da fase interna da contratação, notadamente o presente Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e a minuta de edital, contemplando os requisitos técnicos da solução, critérios de julgamento, condições de execução, indicadores de desempenho e matriz de riscos, bem como submetidos à análise e manifestação jurídica do órgão de assessoramento competente. Caberá, ainda, à autoridade competente designar formalmente o gestor e os fiscais do futuro contrato, com a devida atualização de suas atribuições e, se necessário, promoção de capacitação específica em gestão e fiscalização de contratos de serviços continuados.

Adicionalmente, deverá ser realizada, se demonstrada vantajosa, a verificação de existência de atas de registro de preços compatíveis com o objeto pretendido (Alternativa 1.1), avaliando aderência de especificações, quantitativos e condições contratuais, de modo a decidir motivadamente entre a realização de novo Pregão Eletrônico ou eventual contratação por adesão. Antes da assinatura do contrato, o CRF/SE também deverá conferir a regularidade fiscal, trabalhista e cadastral da empresa vencedora, bem como exigir a comprovação das coberturas de seguro, assistência 24 horas e demais garantias de disponibilidade dos veículos, assegurando que todas as condições essenciais ao início da execução estejam implementadas, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com os princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A solução de disponibilização de veículos para fiscalização envolve o uso contínuo de automóveis movidos a combustíveis fósseis, o que implica emissão de gases de efeito estufa e poluentes atmosféricos (CO, óxidos de nitrogênio, material particulado), além de consumo de recursos naturais associados à cadeia de produção e manutenção desses veículos, em linha com a preocupação expressa no artigo 9º, inciso XII, da IN SEGES nº 58/2022. Há ainda impactos ambientais indiretos relacionados ao desgaste e descarte de pneus, óleos lubrificantes, peças automotivas e demais insumos utilizados na manutenção da frota, que exigem manejo adequado para evitar contaminação do solo e da água.

Para mitigar esses impactos, a Administração poderá priorizar veículos mais eficientes energeticamente, observando critérios de consumo de combustível e de menor emissão dentro da categoria pretendida, bem como exigir da contratada o cumprimento das normas ambientais aplicáveis ao descarte de resíduos (pneus, óleos, filtros), com comprovação de destinação ambientalmente adequada. Adicionalmente, o CRF/SE poderá estimular o planejamento racional das rotas de fiscalização, evitando deslocamentos desnecessários e combinando visitas por região, de modo a reduzir a quilometragem total percorrida e, conseqüentemente, as emissões associadas ao uso da frota, sem prejuízo do cumprimento das metas fiscalizatórias.

Embora a adoção imediata de tecnologias de tração alternativa (por exemplo, veículos híbridos ou elétricos) dependa da oferta e infraestrutura disponíveis no mercado local, o ETP registra que, nas renovações futuras ou em eventuais ajustes contratuais, deverá ser reavaliada a viabilidade de incorporação gradual de soluções mais limpas, em consonância com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes de logística sustentável da Administração Pública.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação de empresa especializada para a locação de veículos automotores mostra-se **plenamente adequada e viável** para o atendimento da necessidade de garantir meios contínuos, seguros e eficientes de deslocamento aos fiscais do CRF/SE, conforme demonstrado neste Estudo Técnico Preliminar. A análise da demanda, o levantamento e a comparação das alternativas, a estimativa de quantidades e de valores, bem como a avaliação dos benefícios, custos e riscos associados, evidenciam que a solução de locação – com dois veículos tipo passeio, novos, seguros, com assistência 24 horas, quilometragem livre e manutenção integral a cargo da contratada – melhor atende ao interesse público, evitando descontinuidade da fiscalização e imobilização de recursos em frota própria.

Opta-se, assim, pela deflagração de procedimento licitatório, a ser realizado, preferencialmente, por meio de pregão eletrônico ou, se demonstrada aderência e vantajosidade, por adesão a ata de registro de preços existente, adotando-se como critério de julgamento o **menor preço**, nos termos do artigo 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, de modo a selecionar a proposta mais vantajosa dentre as soluções que atendam integralmente aos requisitos definidos no ETP. A instrução do processo deverá observar as fases e regras previstas no artigo 17 da Lei nº 14.133/2021 (preparatória, divulgação do edital, apresentação de propostas e lances, julgamento, habilitação, fase recursal e homologação), assegurando procedimento regular, transparente e alinhado aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, em conformidade com o artigo 9º, inciso XIII, da IN SEGES nº 58/2022.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DANIEL ANDRADE DE OLIVEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 17/03/2026 às 21:26:20.

FRANCISCO CESAR ALVAIA DA CRUZ NETO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 13/03/2026 às 14:24:22.